

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

EMANUELLE VIEIRA DE LIMA

A Violência Sexual Infantil intrafamiliar, o silêncio e o desvendar do segredo: uma análise da realidade desse universo e da trajetória dos casos institucionalizados pelo CREAS-Leste - Natal RN.

Natal, dezembro 2012

EMANUELLE VIEIRA DE LIMA

A Violência Sexual Infantil intrafamiliar, o silêncio e o desvendar do segredo: uma análise da realidade desse universo e da trajetória dos casos institucionalizados pelo CREAS-Leste - Natal RN.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Amanda Kelly Belo da Silva

Natal, dezembro 2012

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Lima, Emanuelle Vieira de.

A violência sexual infantil intrafamiliar, o silêncio e o desvendar do segredo: uma análise da realidade desse universo e da trajetória dos casos institucionalizados pelo CREAS- Leste Natal/RN / Emanuelle Vieira de Lima. - Natal, RN, 2012.

50f.

Orientadora: Prof^a. M. Sc. Amanda Kelly Belo da Silva.

Monografia (Graduação em Serviço social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Serviço social.

1. Serviço social – Monografia. 2. Violência sexual- infantil - Monografia. 3. Violência sexual - intrafamiliar - Monografia. I. Silva, Amanda Kelly Belo da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 364.633

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DESSO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN como parte dos requisitos para a obtenção do Diploma de Bacharel em Serviço Social

Banca Examinadora

Profa. Ms. Amanda Kelly Belo da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
(Orientadora)

Profa. Ms. Maria de Fátima Jeronimo Marques
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
(Membro)

Anna Flávia da Silva
Assistente Social
(Membro)

Natal/RN ____/____/____

Dedico este trabalho primeiramente a Deus pelas experiências de vida proporcionadas até então, pelo despertar de cada dia e pela força que me concede de trilhar os melhores caminhos possíveis; aos amigos e à minha família pelo amor incondicional compartilhado entre nós que fizeram com que eu superasse todas as dificuldades que surgiram e que são também fruto do que está sendo feito com sucesso hoje.

AGRADECIMENTOS

Como agradecer a tantas realizações? Talvez essa seja a parte mais difícil de se descrever, apesar das tantas inquietações que esse trabalho despertou no seu processo de construção e principalmente na sua finalização, coisas que poderiam ser consideradas indescritíveis, ou melhor, que não deveriam jamais existir. “Tão difícil se auto motivar, procurar ser mais paciente, engolir a seco quando a vontade é explodir! Ser menos emocional e mais inteligente! Tentar entender o outro quando nem você se entende! Procurar a vontade dentro de você, ir fazer o que é necessário para ir batalhar por seus sonhos!”.

É assim que começo meus agradecimentos, parafraseando algo que li por ai e que me despertou para a importância de tratar os seus compromissos e sonhos com prioridade, praticá-los e buscá-los da melhor forma possível, motivando você mesma a ser melhor por você, pelo seu futuro e pelo futuro de outros tantos que em um certo momento necessitam ou necessitarão do seu trabalho, mas “nada” podem fazer pra achá-lo.

Já que neste eu me reporto tanto à infância e às crianças em especial, começarei agradecendo a Deus por ter sido uma criança FELIZ, por ter concedido a mim uma família maravilhosa em todos os sentidos, que me proporcionou uma infância de tantas alegrias, sorrisos, carinhos, apoio e que sempre me amou enormemente, fazendo com que eu fosse uma criança verdadeiramente feliz e podendo viver uma infância que sempre recordarei com muitas saudades. Comparo o que eu vivi enquanto criança com a vivência das tantas que tive acesso, suas infâncias corrompidas da pior forma possível... e aqui agradeço novamente a Deus por ter aflorado em mim o interesse de tratar de um tema tão cruel, mas que com esse trabalho muitas poderão não passar mais por isso, ou de uma forma ou de outra através de nós profissionais que teremos esse público e essa temática como alvo, poderemos acabar com o sofrimento daquelas que até então a vivenciam... pelo menos meu Deus, permita que isso cesse e que todos esse pequenos possam passar pelas mesmas experiências as quais tive.

Agradeço ao meu pai, que na sua maneira mais linda me apoiou e foi o melhor pai do mundo em todos os momentos felizes ou difíceis que tive nessa caminhada. Agradeço ao meu irmão que sempre esteve ao meu lado, desde pequenos, nas nossas dificuldades na mudança pra Natal pra estudar e na distancia dos nossos pais, nas realizações de tantos sonhos que passamos e estamos vivendo juntos até hoje. Agradeço à Josy, que desde que eu me entendo por gente suporta os meus humores e não sei quem cuidaria melhor de mim se não fosse você, tanto que já é da família. Obrigada pelo carinho, irmandade e pela amizade que é sim verdadeira. Agradeço a minha mãe heroína, que não sei nem como descreverei em palavras o

tamanho de tudo o que me destes até hoje. Sempre fez de um tudo pra que eu sempre pudesse ter as melhores coisas, sempre esteve ligada comigo em mil ligações por dia compartilhando tudo das mais bestas coisas possíveis até suprirem a distância que nos separa. MÃE eu não sei como agradecer a todo o amor, apoio, força, preocupação de mãe (disso eu peço desculpas), a sentimentos e ao jeito divino que só mãe mesmo pra ter por uma pessoa, e eu só tenho o meu amor imensamente e infinitamente grande pra sentir por vocês quatro.

Agradeço ao meu amor Leandro, que apareceu na minha vida justamente no início da minha caminhada na graduação e que até hoje deixa a sua frase marcante: “vai estudar Emanuelle”. Confesso agora que não tem coisa melhor do que ouvi-la, sentir sua preocupação com o futuro e principalmente com o meu futuro, me incentivando desde o início e compartilhando comigo as alegrias e os apereios dessa vida de estudante, ou melhor, compartilhando com você os melhores momentos da minha vida.

Agradeço aos amigos, anjos de plantão que sempre estavam ali preocupados perguntando “já terminou o TCC Emanuelle?!”, me incentivando, dando força, dicas, abrindo meus olhos pra a nova fase que está chegando, me apoiando nos momentos em que mais precisei, preenchendo espaços mais do que especiais no meu coração e na minha vida, e ficarão marcados pra sempre todos os gestos, palavras, abraços, enfim... toda a amizade que me passaram!

Agradeço também às minhas orientadoras acadêmicas, Anna Flávia que deu a sua melhor contribuição até o momento em que foi obrigada a me abandonar (kkkk), que foi quem compartilhou comigo e me ajudou a descobrir a temática do presente trabalho; à Amanda pela dedicação até o ultimo momento deste trabalho, pelas ótimas contribuições; e à minha sempre chefe Talita que me salvou no momento mais importante da vivência acadêmica que é o período de estágio, e deu um brilhante e inspirador up nos poucos que valeram por muitos dias de experiência no estágio. Aqui ainda agradeço à amiga Narjara que compartilhou comigo todos os perrengues possíveis para duas intrusas na UFRN, desde o companheirismo da nossa primeira instituição, da transferência, da correria nos primeiros períodos mega sufocantes, dos trabalhos da dupla dinâmica, do estágio, de todas as orientações de todos os trabalhos rumo ao tcc (sempre juntas), das tantas novidades que passamos juntas nessa vida que agora está finalizando, pelo menos por enquanto.

Todos os momentos vividos até então foram mais do que válidos em tudo: a responsabilidade desvendada, as amizades construídas, os momentos de sorrisos divididos e agora a saudade fica junto com a sede de conquistar sempre mais a partir de agora.

Meus imeeeeensos agradecimentos à todos que de um forma ou de outra sentiram a minha felicidade do ontem e do hoje, e ficarão os meus agradecimentos sempre!

RESUMO

A Violência contra crianças é uma construção histórica, social e cultural e pode manifestar-se através das mais distintas formas, como a violência física, sexual, psicológica, abandono, negligência, podendo atingir indistintamente qualquer classe social, faixa etária e ambos os sexos. Discorreremos neste estudo sobre todas essas formas de violência, mas em especial sobre a Violência Sexual infantil no espaço intrafamiliar, visto que é uma violência que na maioria das vezes não deixa marcas visíveis ficando imperceptível e dificultando a identificação imediata do caso. Serão apresentadas as bases de socialização da criança, suas mudanças históricas e as suas novas configurações de socialização. Faremos um aparato histórico das políticas e práticas sobre a infância no Brasil, no que dizem respeito ao enfrentamento da violência intrafamiliar. Nesse contexto, tem-se como objetivo o de fazer uma análise processual dos casos institucionalizados pelo CREAS Leste – Centro de Referência Especializado da Assistência Social – de Natal RN, discorrendo sobre a realidade dessa problemática da Violência Intrafamiliar, com um olhar crítico, apontando os aspectos considerados relevantes de serem observados pelos profissionais e pela sociedade em geral, bem como fazer uma observação sobre o percurso institucional feito até a resolução desses casos, no recorte temporal de 2010 a 2012. O estudo pretende assim buscar investigar a realidade visando subsidiar o trabalho dos profissionais, visando também uma contribuição para o contínuo fortalecimento da sociedade civil na consolidação dos direitos de crianças.

Palavras-chave: Infância. Violência Sexual. Família. Assistência Social Especializada.

ABSTRACT

The Violence against children is a historical, social and cultural, and can manifest itself through the most distinct forms, such as physical, sexual, psychological, neglect, negligence, reaching indiscriminately any social class, age group and both sexes. Write in this study all these forms of violence, but particularly on Sexual Violence in space intrafamilial child, since it is a violence that most often leaves no visible marks getting faint and difficult to immediately identify the case. We will present the basics of child socialization, their historical changes and their new settings socialization. We will make a display of historic policies and practices on childhood in Brazil, as they relate to addressing domestic violence. In this context, we have aimed to make a procedural analysis of cases institutionalized by CREAS East - Centre for Social Assistance Specialized Reference - Natal RN, writing about the reality of this issue of Family Violence, with a critical eye, pointing out the relevant aspects to be observed by professionals and by society in general as well as make a note about the route institutional done until the resolution of these cases, the time frame 2010 to 2012. The study aims to investigate the reality thus seek to subsidize the work of professionals, aiming also a contribution to the continued strengthening of civil society in the consolidation of the rights of children.

Keywords: Childhood. Sexual Violence. Family. Social Assistance Specialized.

LISTA DE SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos Especiais

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CMEI – Centro Municipal da Educação Infantil

CRI – Centro de Reabilitação Infantil

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

DCA – Delegacia da Criança e do Adolescente

DEA – Delegacia Especializada em Atendimento ao Adolescente Infrator

DEPAD - Departamento de Prevenção e Acompanhamento ao Usuário de Drogas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LA - Liberdade Assistida

NOB – Norma Operacional Básica

ONG – Organização não-governamental

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SEMTAS – Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social

SECTUR – Secretaria de Turismo

SME – Secretaria Municipal de Educação

SETHAS - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

UNICEF - United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

UTAD - Unidade para atendimento de alcoolismo e outras drogas

LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1: Evolução populacional em milhões de pessoas dos anos de 1872 ao ano de 2010.

Figura 2: Composição populacional total, demonstrado por sexo e grupos de idade, dos anos de 1991 a 2010.

Figura 3: Situação dos casos investigados

Figura 4: Origem das solicitações de averiguação dos casos de Violência Sexual Intrafamiliar.

Figura 5: Bairros de Natal-RN que ocorreram as violações investigadas.

Figura 6: Sexo das vítimas de Violência Sexual Intrafamiliar.

Figura 7: Faixa etária das vítimas investigadas

Figura 8: Cor da pele das crianças

Figura 9: Grau de escolaridade das vítimas

Figura 10: Agressores e Supostos agressores das crianças

Figura 11: Atendimentos realizados nos casos investigados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. BASES DE SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA E A SUA APROXIMAÇÃO COM A VIOLÊNCIA.....	16
2.1 Conceitos e vivências da infância.....	17
2.2 A família e suas transformações históricas.....	22
2.2.1 As atribuições e a responsabilidade da família.....	22
2.3 Diversos tipos de violências que atingem o universo da infância.....	24
2.4 A dimensão da violência contra crianças.....	29
3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CASOS.....	35
3.1 Histórico de algumas práticas de enfrentamento da violência intrafamiliar.....	35
3.2 Rede socioassistencial de defesa dos direitos de crianças de natal.....	35
3.2.1 CREAS Leste – Natal.....	37
3.3 Resultados da pesquisa empírica.....	40
3.3.1 Apresentação dos dados.....	41
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	50

1. INTRODUÇÃO

Analisar a violência contra crianças não é tarefa fácil, seja por ela ocorrer nos mais diferentes espaços e lugares de socialização, nas mais distintas formas, seja por estar presente nas várias fases da vida. Por isso, a violência nos obriga a dividi-la em suas várias faces para melhor compreendê-la e ao mesmo tempo juntá-las para recuperar a compreensão do todo e de suas relações, ampliando assim as chances de enfrentamento do problema.

Este trabalho origina-se do interesse de aprofundamento de conhecimento da realidade da Violência Sexual Intrafamiliar, desde o início da graduação, quando pouco se ouvia falar sobre essa violação, no que diz respeito ao escasso conteúdo exposto nas salas de aula nesse período sobre essa problemática, bem como quando inseridos no campo de estágio, em um dos órgãos destacados como relevantes nos processamentos dos casos, e, especificamente, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – Leste, da cidade do Natal, por considerarmos que além de receber uma demanda abrangente é também um espaço importante na reconstrução de histórias, que possibilitaram que o olhar sobre a produção da objetividade e subjetividade da violência sexual intrafamiliar contra crianças, fosse desenvolvido de forma a apreender a complexidade desse processo.

Neste sentido, o principal objetivo deste trabalho é fazer uma análise das várias formas de violência que perpassam a vida das crianças já a muito tempo, particularizando a Violência Sexual Intrafamiliar, sendo esta também, um fenômeno antigo, produto das relações sociais construídas de forma desigual e geralmente materializada contra aquela pessoa que se encontra em alguma desvantagem física e emocional. Além de pretender dar expressão ao potencial analítico brasileiro sobre as diferentes manifestações da violência contra a criança, queremos aqui mostrar a realidade, ainda que introdutoriamente, de uma violência que se mostra tão invisível ainda aos olhos de muitos.

Sabemos que o fenômeno da violência sexual contra crianças apresenta-se revestido de características peculiares, fazendo-o complexo e de difícil enfrentamento, perpassando pelo contexto sócio-histórico-cultural, em que as relações econômicas e de gênero incidem diretamente sobre a maneira como a sociedade produz, compreende e lida com essa problemática, como também, questões relativas a realidade brasileira que expõe milhões de crianças à situações de desigualdade, vulnerabilidade e/ou risco, facilitando a ocorrência das mais diversas formas de violação dos direitos desse segmento, inclusive o direito ao desenvolvimento saudável de sua sexualidade.

Para tratarmos dessas questões, nosso trabalho se distribui em dois capítulos. No primeiro apresentamos as bases de socialização que a criança está inserida, o momento da infância e a convivência familiar, assim como suas mudanças históricas, as novas configurações de socialização perpassadas pela desigualdade sócio-econômica que caracteriza a questão social no Brasil hoje, como fatores principais de geração das situações de violência e vulnerabilidade social. Procuramos também buscar um aparato teórico sobre os principais conceitos inerentes às violações de direitos contra crianças, suas intercorrências, manifestações e espaços de vitimização desse público.

No segundo capítulo, faremos um aparato histórico das políticas e das práticas que dizem respeito à infância no Brasil, mais especificamente as que dizem respeito ao enfrentamento da violência intrafamiliar. Em seguida apresentaremos um dos órgãos, destacados, como espaço importante no processo de averiguação dessas violações contra crianças, fazendo uso de uma pesquisa processual dos casos concluídos ou em andamento do CREAS-Leste, procurando fazer uma análise da realidade dos casos de Violência Sexual Intrafamiliar contra crianças, seu percurso institucional, e seus encaminhamentos.

Um banco de dados foi especialmente elaborado para possibilitar a análise quantitativa e qualitativa da pesquisa de campo detalhada na metodologia explicitada neste capítulo. A partir da leitura minuciosa dos processos mais recentes institucionalizados pelo CREAS Leste, sendo estes dos anos de 2010 a 2012, foi possível identificar os requisitos mais importantes para se analisar nesta pesquisa, e com isso foi construído um questionário para subsidiar essa análise. Ao identificar empiricamente as condições presentes nas situações abusivas, de acordo com o contexto em que ocorrem, foi possível tratar destes fatos de forma mais realista. A partir do conhecimento desta realidade, implicada por suas dimensões prática, discursiva, simbólica, objetiva e subjetiva, pode-se construir embasamentos para um conhecimento crítico.

Assim o interesse, a vontade e o dever de assegurar, garantir e buscar meios para que todas as crianças possam vivenciar uma infância digna, com todos os seus direitos afeiçoados, inclusive o direito a convivência familiar, ao desenvolvimento saudável da sua sexualidade, e principalmente o direito a ter direitos, alcançado desde a Constituição de 1988 e regulamentado e defendido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e nós como parte da sociedade devemos seguir o que o mesmo propõe, não deixando que nenhuma criança seja alvo de qualquer tipo de violência e que não sejamos omissos a esse muito que nos rodeia diariamente, denunciando, dando mais expressão e visibilidade a esse tipo de problemática.

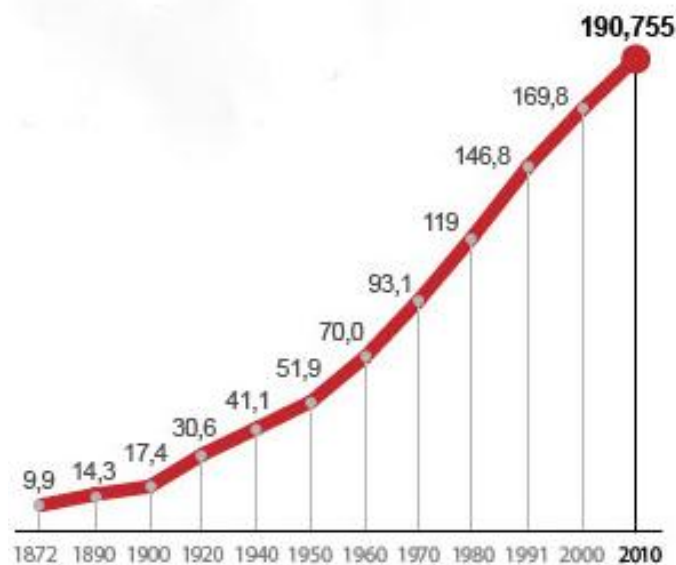
Nossa expectativa é de que essa produção acadêmica possa contribuir para o contínuo fortalecimento da sociedade civil na consolidação dos direitos de crianças e adolescentes.

2. BASES DE SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA E A SUA APROXIMAÇÃO COM A VIOLÊNCIA

Como apontam os resultados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil atingiu a marca de 190.755.799 de habitantes, dos quais 13,8 milhões são constituídos por crianças, como mostram as figuras 1 e 2 anexos a seguir.

Significa um crescimento populacional em milhões de pessoas dos anos de 1872 ao ano de 2010, passando de 9,9 milhões de pessoas para 190,755 milhões respectivamente, como demonstra a Figura 1 abaixo.

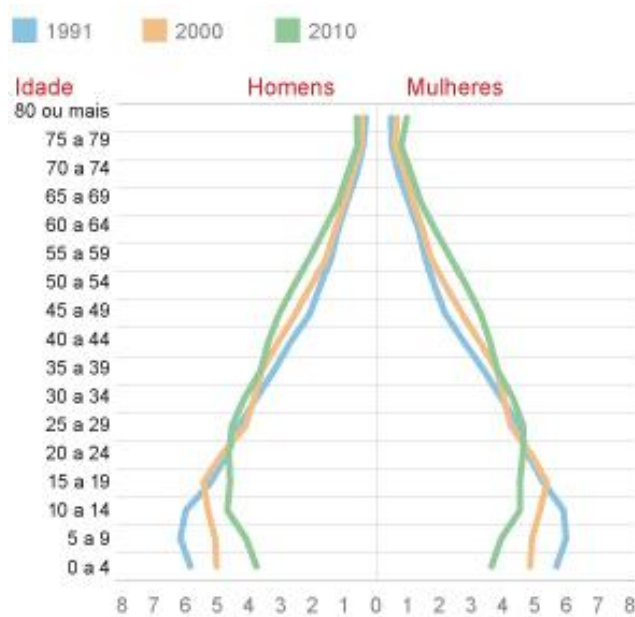
Figura 1 – Evolução populacional em milhões de pessoas dos anos de 1872 ao ano de 2010.



Fonte: Censo 2010/IBGE

Bem como mostra a Figura 2 a seguir a composição populacional total, demonstrado por sexo e grupos de idade, dos anos de 1991 a 2010.

Figura 2 - Composição populacional total, demonstrado por sexo e grupos de idade, dos anos de 1991 a 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

O gráfico acima faz uma clara demonstração de que apesar da diminuição no número de habitantes com idades entre 0 e 14 anos nos anos de 1991 a 2010, revela que a quantidade de crianças ainda assim é superior em relação a quantidade de adultos nesses anos.

Segundo o ECA, em seu Art. 2º, *considera-se criança, para os efeitos da Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos*. Mas o que é ser criança? O que é infância? Que características especificam a infância e a diferenciam? A infância sempre foi a mesma historicamente?

Para podermos entender mais a fundo a Violência Sexual Infantil Intrafamiliar, faz-se necessário entender os elementos constituintes que permeiam o espaço em que essa violação se processa, analisando-a desde a sua estrutura até o atual estágio abordado neste trabalho. O primeiro elemento a que se é referido neste trabalho é o estágio no qual todos os indivíduos têm em comum nesta pesquisa: a infância. A infância pode apresentar variações impressionantes, de uma sociedade ou de um tempo a outro.

2.1 Conceitos e vivências da infância como construção sócio cultural e histórica

O reconhecimento de estudos na área da infância se deu há pouco mais de 20 anos. Sabe-se que as crianças foram principalmente investigadas pela psicologia e pela pedagogia, e que as ciências sociais pouco produziram sobre elas, e somente nesses últimos anos que a tomaram como um fenômeno social. Neste sentido, foi definido um campo que investiga as

crianças como agentes sociais, produtores de culturas, e a infância como categoria na estrutura social, o que ampliou significativamente a produção de conhecimento sobre as relações sociais estabelecidas entre as próprias crianças (seus pares) e com os adultos (relações intra e intergeracionais), sobre suas competências como protagonistas de suas vidas, como agentes sociais cuja ação modifica/transforma os mundos sociais nos quais estão inseridos.

Para entendermos todas as questões que envolvem essas relações sociais das crianças, faz-se necessário primeiramente analisá-la do ponto de vista histórico, promovendo uma compreensão acerca da mudança de paradigma no que diz respeito ao conceito da infância no decorrer da história. O conceito de infância sofreu alterações significativas ao longo dos anos e compreender esses conceitos pode nos revelar muito sobre a sua situação nos dias atuais.

Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval¹ e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade (CALDEIRA *apud* HEYWOOD, 2010, p.1).

Além disso, as crianças ao atingirem uma certa idade adquiriam identidades semelhantes àsquelas realizadas pelos adultos com os quais conviviam, e estes lidavam com essas crianças sem nenhuma exigência de preparação, passando este papel para as criadeiras, amas de leite. As crianças não possuíam uma identidade própria. (CALDEIRA, 2010, p.1-2).

Vale salientar ainda que o tratamento dado às crianças era diferenciado de acordo com o sexo, como expõe Caldeira:

o tratamento dado a uma criança do sexo masculino era, em muitos casos, diferente do tratamento recebido por uma criança do sexo feminino, pois “as meninas costumavam ser consideradas como o produto de relações sexuais corrompidas pela enfermidade, libertinagem ou a desobediência a uma proibição” (HEYWOOD, 2004, p.76). E sendo assim, a celebração do nascimento de uma criança se diferenciava de acordo com o sexo da mesma. Um exemplo é a Bretanha do século XIX, em que a chegada de uma criança do sexo masculino era saudada com três badaladas de um grande sino, enquanto a chegada de uma criança do sexo feminino era saudada com apenas duas badaladas e de um sino pequeno (2010, p.2).

¹ A Idade Média teve seu início no séc. V na Europa se estendendo até o séc. XV. Tem como características a economia ruralizada, o enfraquecimento comercial, a supremacia da igreja católica, o sistema de produção feudal e a sociedade hierarquizada.

Cabia aos adultos desenvolver nas crianças o caráter e a razão, atribuindo a elas modos de pensar e sentimentos, sem procurar entender e aceitar as diferenças e semelhanças das crianças, a sua originalidade de pensamento, como se fossem coisas em branco a serem preenchidas e preparadas para a vida adulta. A “descoberta” da infância teria de esperar pelos séculos XV, XVI e XVII, quando então se reconheceria que as crianças precisavam de um tratamento especial (CALDEIRA, 2010, p.3).

A mudança de paradigma no que se refere ao conceito de infância está diretamente ligada com o fato de que as crianças eram consideradas *adultos imperfeitos*. Sendo assim, essa etapa da vida provavelmente seria de pouco interesse. “Somente em épocas comparativamente recentes veio a surgir um sentimento de que as crianças são especiais e diferentes, e, portanto, dignas de ser estudadas por si sós” (CALDEIRA *apud* HEYWOOD, 2010, p.4).

Cabe aqui frisar sobre a realidade social na qual se processam todas essas experiências de infância nesse período. A partir do século XII, ocorreram várias transformações na Europa que contribuíram para a crise do sistema feudal, acontecimentos estes que são uma das causalidades de como se mostra a sociedade, de um modo geral, atualmente. Eventos como o impulso do renascimento comercial, principalmente pelas Cruzadas²; o aumento da circulação de moedas, principalmente nas cidades, ocasionando uma desarticulação do sistema de trocas de mercadorias, uma característica principal do feudalismo. Houve também o desenvolvimento dos centros urbanos, provocando o êxodo rural, ou seja, a migração das pessoas dos campos para as cidades, muitos deles atraídos pelas oportunidades de trabalho nos centros urbanos. Surge também uma nova classe social, a burguesia, que dominava o comércio e que possuía um alto poder econômico. Esta classe social foi, aos poucos, tirando o poder dos senhores feudais. Com o aumento dos impostos, proporcionados pelo desenvolvimento comercial, os reis começaram a contratar exércitos profissionais, fato este que causou a desarticulação do sistema de vassalagem, também típico do feudalismo.

² As Cruzadas foram as tropas ocidentais enviadas à palestina para recuperarem a liberdade de acesso dos cristãos à Jerusalém. A guerra pela Terra Santa, que durou do século XI ao XIV, foi iniciada logo após o domínio dos turcos seljúcidas sobre esta região considerada sagrada para os cristãos. Após domínio da região, os turcos passaram a impedir ferozmente a peregrinação dos europeus, através da captura e do assassinato de muitos peregrinos que visitavam o local unicamente pela fé.

No final do século XV, o feudalismo encontrava-se desarticulado e enfraquecido. Co isso, os senhores feudais perderam poder econômico e político. Começava assim o surgimento das bases de um novo sistema, o capitalismo, pois

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam. Essa inversão de sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história da auto-alienação humana (IAMAMOTO, 2010, p. 48).

Surge assim uma época que tem como características a busca de lucros, a mão-de-obra assalariada, a moeda substituindo o sistema de trocas, o fortalecimento do poder da burguesia e as desigualdades sociais. Falamos aqui também da nova era da globalização, no final do século XX, trazendo novos tipos de interações, de comunicação, como por exemplo, o avanço tecnológico através da TV por satélite que facilitou a comunicação global, com canais que foram cruciais na divulgação de novas culturas que atingem o universo das crianças, como também da juventude. Esses novos tipos de interações sociais fazem com que a criança não tenha apenas a influência dos pais ou dos seus criadores na sua educação e no seu aprendizado.

A infância contemporânea tem como parte integrante o mundo virtual e as atualidades tecnológicas que influenciam e mudam o seu comportamento e o seu conceito, sem poder chamá-lo mais de padrão. Ou melhor, a globalização³ faz com que os padrões vividos pela infância anteriormente a essa permaneçam, incorporando apenas um modelo moderno dessa infância.

A globalização não assumiu o comando da infância. Padrões regionais importantes permaneceram e as tendências antigas incorporadas no modelo moderno de infância, já bem adiantado, persistiram amplamente. Aspectos-chave da globalização na verdade fornecem novo suporte para esse modelo [...]. No entanto, a globalização merece uma consideração à parte como força nascente na história da infância, que criou espécies de mudança e resistência no final do século XX e início do século XXI. Quatro facetas da globalização tiveram particular impacto: novos padrões de migração; empenho de grupos políticos internacionais; globalização econômica, ou crescente envolvimento de quase todas as regiões do mundo no processo comum de produção, juntamente com a retração de economias patrocinadas

³ “A globalização não é um acontecimento recente. Ela se iniciou já nos séculos XV e XVI, com a expansão marítimo-comercial européia, conseqüentemente a do próprio capitalismo e continuou nos séculos seguintes. O que diferencia aquela globalização ou mundialização da atual é a velocidade e abrangência de seu processo, muito maior hoje. Mas o que chama a atenção na atual é sobretudo o fato de generalizar-se em vista da falência do socialismo real. De repente, o mundo tornou-se capitalista e globalizado” (Carnieri, 2003).

pelo Estado; e globalização cultural, ou expansão do consumismo global (STEARNS, 2006, p. 184).

Diante de tanto eventos que atingiram direta ou indiretamente o espaço de crianças, tiveram como consequências embatimentos como, por exemplo, o trabalho infantil, as formas de violência, a saúde, o não acesso a educação, o que deu uma visibilidade maior para esse público, deixando assim que meninos e meninas deixem de ser somente propriedade de seus pais, passando também à condição de sujeitos de direitos ou portadores de direitos especiais que precisam ser protegidos por causa de sua condição de pessoa humana em desenvolvimento físico, moral e psicológico.

Assim surgem importantes mobilizações de garantia dos direitos de crianças e adolescentes, sendo na década de 90, pós Constituição Federal de 1988, em julho de 1990, promulgado o ECA, concretizando uma intensa mobilização dos diversos movimentos sociais e da sociedade. O ECA trouxe consigo várias conquistas, dentre elas o entendimento de que crianças são sujeitos de direitos, ressaltando os princípios de prioridade absoluta e da proteção integral por parte da família, do Estado e da sociedade. Assim também ocorreu pelo mundo à fora, como aponta Stearns

Na década de 1920, também a Organização Internacional do Trabalho (OIT), filiada à Liga das Nações, começou a aprovar resoluções contra o trabalho infantil até a idade de 15 anos. Obviamente, o objetivo era estender o critério, comum nas sociedades industrializadas, para o mundo todo. Esse esforço foi também ampliado sob a tutela das Nações Unidas, depois da Segunda Guerra Mundial. Uma série de conferências e resoluções criticou o trabalho em excesso, conclamando o direito da criança à educação. As Nações Unidas esboçaram declarações formais sobre os direitos das crianças (a Convenção sobre os Direitos das Crianças foi realizada em 1989) com os quais a maioria das nações concordou, pelo menos em princípio: os objetivos principais era a promoção da saúde, prevenção de abuso, acesso à educação, além de outros direitos padrões como liberdade de religião e expressão – uma lista familiar, mas agora concebida em termos de uma visão global (2006, p. 186).

Como podemos perceber, a maneira como a infância é vista atualmente é consequência das constantes transformações pelas quais passamos, transformações na forma de ver a infância, na exigência de direitos. É de extrema importância nos darmos conta dessas transformações para podermos compreender a dimensão que a infância ocupa atualmente.

Portanto a infância é caracterizada como um período, período este vivenciado na fase enquanto crianças, e uma fase no qual se passa pelo processo de desenvolvimento, do conhecimento de si próprio, dos outros, e de integração na vida social, tendo esta como

primeira experiência a convivência com a família na qual está inserida e a partir das bases sustentadas na mesma, integrar-se socialmente em outros espaços.

2.2 A família e suas transformações históricas

2.2.1 As atribuições e a responsabilidade da família

A criança é um sujeito de direitos, protegido por determinadas garantias legais, dentre elas o convívio familiar, o qual se entende como primordial para um desenvolvimento pleno e digno de uma criança. Está previsto no Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente que,

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

A família, independentemente do modo como é caracterizada, é a primeira forma de socialização do indivíduo, uma rede de solidariedade onde se perpassam os afetos. É nessa convivência que é dada inicialmente uma condição relevante de proteção, crescimento e desenvolvimento da criança. Estudá-la nos dias atuais é algo complexo, devido a tantas transformações ocorridas ao longo das últimas décadas.

Primeiramente, é importante definir o que é família, nesta sociedade, sua evolução nesses anos, bem como sua importância na vida das crianças. Muitas teorias analisam a família através das suas funções, sendo ela considerada um elemento fundamental para o desenvolvimento desta sociedade. Assim, a família nesta sociedade é a responsável pela transmissão de valores, estabelece relacionamento e as condições para a formação da personalidade da criança, de sua visão de mundo, dando proteção e assistência necessárias para o seu pleno desenvolvimento.

São as relações sociais, familiares e comunitárias, um meio por onde ocorrem o desenvolvimento da subjetividade, da sexualidade, do afeto, a experiência de vida, o convívio e a formação da identidade social. No entanto, a família vem se transformando, se modificando. Cada vez mais a família, nas suas mais diversas configurações constitui-se como um espaço altamente complexo, construída e reconstruída historicamente e cotidianamente, através das relações e negociações estabelecidas entre seus membros e outras esperas da sociedade, tais como o Estado, trabalho e mercado (MIOTO, 2010, p. 167-168).

“Portanto, ela não é apenas uma construção privada, mas também pública e tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos”. (MIOTO *apud* MIOTO, CAMPOS, LIMA, 2004).

Assim a convivência familiar se vê perpassada e atravessada pelas expressões da questão social, na qual se vê um interesse de manutenção dessa família nuclear⁴ por parte do capitalismo. O padrão de família foi se modificando historicamente, dando uma nova configuração à responsabilidade da mulher, antes apenas responsável pela reprodução de crianças, do cuidar da casa, do marido e dos filhos, e para os homens a função de trabalhar e reproduzir riquezas, tendo parte integral no sustento da família. O que se vê nos últimos anos é a inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, a idéia de criação dos filhos passando a ser responsabilidade dos dois, além da imposição do individualismo, da competição, sendo estas características fortes dessa nova configuração de sociedade. E para suprir as necessidades que essa sociedade exige, essa classe trabalhadora (homens e mulheres) é obrigada a trabalhar por extensas horas, sobrecarregados e vendendo sua mão-de-obra a custos que os fazem passar ainda mais tempo no ambiente de trabalho.

Portanto a formação de crianças da classe trabalhadora é também perpassada pela necessidade dessas crianças se inserirem no mercado de trabalho cada vez mais cedo para dar suporte financeiro em casa, como também por dificuldades de acesso a educação de qualidade, saúde, cultura, lazer, direitos estes defendidos pela ECA:

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Assim, os padrões familiares se vêm tensionados pela grande influência que o capitalismo tem sob esse núcleo familiar, se contrapondo às concepções que tomam a família como a principal responsável pelo bem-estar de seus membros, desconsiderando em grande medida as mudanças ocorridas na sociedade, mudanças estas de caráter econômico, no que se refere ao mundo do trabalho e às tecnologias, particularmente àquelas vinculadas ao campo da reprodução humana e da informação, além das novas configurações demográficas, que

⁴ Segundo Cayres *apud* Miotto (1997), “a diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira nos leva a definir a família como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida.”

incluem famílias menores, famílias com mais idosos e também das novas formas de sociabilidade desenhadas no interior da família (MIOTO, 2010, p. 168). Além disso, os padrões tomados como ideais são modificados. Casais (homem e mulher) e filhos, dão espaço à novas configurações familiares: casais (homem e homem, mulher e mulher), mães a pais solteiros e/ou separados, fazendo parte da vida dos filhos regidos por lei.

A partir do que os autores expõem, são constatadas inúmeras características que acarretam essa mudança de dinâmica familiar, como por exemplo, a união de casais que não estão preparados para assumir responsabilidades, de assumir um filho, a falta de laços afetivos entre o próprio casal e posteriormente com os filhos, a falta de atenção e de comunicação entre os familiares, violência, drogadição, ou seja, conflitos familiares que poderão também se tornar violência contra os próprios filhos.

Tudo isso leva a uma reflexão do quão grande é o universo em que a família está inserida, trazendo para a vida dos filhos aspectos que podem se transformar em fatores de risco para o desenvolvimento psicológico saudável da criança (WHITE *apud* NEVES, 2001, p. 23). Segundo Monteiro (2002),

Os relacionamentos e as interações que a criança tem com o meio familiar no qual convive, possibilitarão que o desenvolvimento de sua personalidade seja saudável ou não. Dentre os fatores que caracterizam a desestrutura familiar, a violência desponta como uma preocupação comum para os estudiosos, devido provavelmente à frequência com que ocorre em nossa sociedade e às consequências danosas às crianças submetidas a ela. É importante o conhecimento das consequências no desenvolvimento da criança que convive com a violência em seu meio familiar, seja essa violência física, psicológica, sexual ou negligência. (p. 38)

Reconhecemos que existem diversos fatores sejam eles, econômicos, sociais, políticos ou culturais, que influenciam na construção da personalidade de um sujeito, no entanto, apreendemos também que a família faz parte destes elementos de influência.

2.3 Diversos tipos de violências que atingem o universo da infância

“A violência deve ser tratada enquanto *violências*, pois engloba diversas modalidades e tipologias, que se entrecruzam, mas que matem singularidades e especificidades que as diferenciam e caracterizam um perfil societário próprio” (BARROS, 2005, p.23)

Neste sentido, iremos expor um pouco sobre cada uma dessas violências que assolam essa população de crianças, para que possamos entender as várias facetas negativas que a mesma vem se configurando, bem como para que a intervenção nessas problemáticas tenha um olhar mais abrangente, podendo assim detectar não somente uma violação, mas todas aquelas que possam estar intrínsecas no espaço que a criança está inserida.

A violência, no seu modo geral, é o constrangimento exercido sobre uma pessoa para obrigá-la a fazer ou deixar de fazer um ato qualquer. A primeira delas que abordamos aqui é a *Violência Física*, sendo esta toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal, ou seja, a violência física. Portanto, segundo a Cartilha *Violência Sexual contra crianças e adolescentes da Prefeitura do Natal*, a violência física

É o uso da força intencional, não acidental, por um agressor adulto ou mais velho que a criança. A violência física pode ou não deixar marcas evidentes e, em casos extremos, pode levar a morte. São comuns murros e tapas, agressões com diversos objetos e queimaduras causadas por objetos ou líquidos quentes (2009, p. 7).

Esses atos de agressão podem ser praticados por pais e/ou responsáveis, que podem ou não deixar marcas físicas evidentes, mas as marcas psíquicas e afetivas existirão. Tais agressões podem provocar: fraturas, hematomas, queimaduras, esganaduras, hemorragias internas, etc., inclusive como já exposto, causar a morte.

Outra modalidade de violência contra a criança é a *Violência Psicológica*, que não deixa marcas no corpo, mas sim na emoção e no psiquismo da vítima. Essa violência é geralmente praticada, sob a forma verbal ou comportamental, por alguém que detém poder sobre a vítima. Consiste, portanto,

Em um comportamento (não físico) específico por parte do agressor. Seja este agressor um indivíduo ou um grupo específico. Muitas vezes o tratamento desumano, tais como: rejeição, depreciação, indiferença, discriminação, desrespeito, punições (exageradas) podem ser consideradas um grave tipo de violência (2009, p. 7).

Apesar de ser uma violência extremamente freqüente, essa modalidade é considerada como sendo uma das mais difíceis de serem identificadas, visto que, na maioria das vezes, não deixa marcas visíveis no indivíduo, mas pode desencadear sérios agravos psicológicos e/ou emocionais, podendo se tornar irrecuperáveis em um indivíduo, de qualquer idade, antes saudável.

A Lei de número 11.340 de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Pena, elenca no seu Art. 7º alguns tipos de violência psicológica:

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

A *Negligência* também representa uma violência contra a criança, sendo esta qualquer situação que designa omissão dos responsáveis pela criança em prover, tendo condições, as necessidades básicas para o seu desenvolvimento, como, por exemplo, falta de educação, alimentação, higiene, atendimento médico e apoios psicológico e emocional. Envolve também situações de abandono, nas quais os responsáveis ausentam-se, por determinado período ou motivo, deixando as crianças em situação de abandono. A negligência pode se apresentar como moderada ou severa:

Nas residências em que os pais negligenciam severamente os filhos observa-se, de modo geral, que os alimentos nunca são providenciados, não há rotinas na habitação e, para as crianças, não há roupas limpas, o ambiente físico é muito sujo, com lixo espalhado por todos os lados. As crianças são, muitas vezes, deixadas sozinhas por diversos dias, chegando a falecer em consequência de acidentes domésticos, de inanição. A literatura registra, entre esses pais, um consumo elevado de drogas ilícitas e de álcool e uma presença significativa de desordens severas de personalidade (UNICEF *apud* AZEVEDO & GUERRA, p. 16).

Essa modalidade de violência pode ser caracterizada como sendo uma **negligência de natureza emocional**, ocorrendo quando a criança não recebe atenção, carinho, proteção e outros estímulos necessários ao seu desenvolvimento; e como sendo uma **negligência de natureza física**, que diz respeito à falta de cuidado com alimentação, saúde e estimulação, cuidados higiênicos, prevenção de acidentes domésticos, educação, no vestuário, dentária e etc. Cabe aqui ressaltar que se faz necessário, ainda que seja difícil, saber separar a realidade na qual a família vive, se a negligência é fruto realmente da falta de cuidados dos pais ou se é fruto do perverso sistema sócio-econômico em que são obrigados a conviver, diante da grande miséria que a população de baixa renda vive, onde são perceptíveis a ausência de recursos

para moradia, de uma alimentação adequada e de saneamento básico que lhe dê condições de viver dignamente.

Podem ser expostos aqui alguns pontos que facilitam a identificação de um caso de negligência, como quando a vítima desenvolve atividades impróprias para a idade, como, por exemplo, ter responsabilidade por serviços domésticos, cuidados com irmãos menores, etc.; quando tem um isolamento social, uma carência afetiva e quando há uma falta de concentração e atenção devido à fadiga e necessidades não atendidas.

Uma outra modalidade de violência é a *Violência Fatal* na qual atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsáveis da criança são capazes de causar-lhes dano físico, sexual e/ou psicológico, podendo ser considerados condicionantes (únicos ou não) da sua morte (UNICEF *apud* AZEVEDO & GUERRA, p. 16).

E por último, o objeto de pesquisa desse trabalho, a *Violência Sexual* que se configura como o abuso de poder no qual a criança é usada para gratificação sexual de um adulto, sendo induzida ou forçada a práticas sexuais com ou sem violência física, ou seja, é

todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos (parentes de sangue ou afinidade e/ou responsáveis) e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa. Ressalte-se que em ocorrências desse tipo a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré (UNICEF *apud* AZEVEDO & GUERRA, p. 16).

Portanto, a violência sexual é um fenômeno social, cujo agressor encontra-se em estágio psicossocial mais adiantado que a vítima. Essa violação tem como intenção por parte do agressor de estimulá-lo sexualmente, ou utilizar a criança para obter satisfação sexual. Essas práticas, normalmente, são acompanhadas e/ou impostas através de violência física, ameaças ou indução da sua vontade. Esta divide-se sob duas formas: o Abuso e a Exploração sexual.

O *Abuso Sexual* caracteriza-se como uma situação em que a criança ou o adolescente é usado para satisfação sexual de outra pessoa, com um adulto ou adolescente mais velho, configurando-se em uma relação de poder e dominação. Essa violação é geralmente praticada por alguém próximo da vítima ou que possua uma relação de confiança e poder para com a mesma. Se expressa em práticas como “*Carícias, manipulação dos órgãos genitais (mama ou ânus) voyeurismo, exibicionismo, exploração sexual, pornografia e/ou ato sexual, com ou sem penetração, com ou sem violência física*”. (2009, p. 8)

O Abuso Sexual pode acontecer **sem contato físico**⁵, expresso no abuso sexual verbal, definido por conversas abertas sobre atividades sexuais distintas, objetivando a promoção do prazer do abusador, como também despertar interesse ou chocar a criança. Essa modalidade pode ocorrer por meio de telefonemas obscenos, cabendo ressaltar que os trabalhos realizados sobre sexualidade de cunho educativo não são casos de abuso. Se expressa também pelo Assédio Sexual, caracterizado por propostas de relações sexuais ou comportamentos erotizados que são constrangedores. Na maioria das vezes baseia-se na posição de poder do agressor (hierarquicamente superiores) sobre a vítima, que é chantageada e ameaçada. Se expressa também pelo exibicionismo, que é o ato de mostrar os órgãos genitais (sexuais) ou se masturbar diante da criança; pelo voyeurismo, observando os órgãos genitais de crianças para obter prazer sexual com essa prática; e por ultimo pela apresentação de imagens pornográficas⁶ à vítima, na tentativa de obter alguma vantagem sexual sobre a vítima, bem como provocar estímulos sexuais.

Além disso, o Abuso Sexual pode ocorrer **com contato físico**⁷, que são os atos físico-genitais que incluem carícias, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral e penetração vaginal e anal. Podem ser tipificados, de acordo com o código penal vigente desde o ano de 1940⁸, considerando-se a natureza do ato e o sexo da vítima, em estupro ou atentado ao pudor. O Estupro⁹, do ponto de vista legal, é a prática sexual em que ocorre a junção carnal, ou seja, a penetração vaginal por um pênis, com uso de violência ou grave ameaça. Ocorre somente contra vítimas do sexo feminino. O Atentado Violento ao pudor¹⁰ consiste em constranger alguém a praticar atos libidinosos utilizando violência ou grave ameaça. Desta categoria devem fazer parte os tipos e formas de violência sexual praticadas contra vítimas do sexo masculino. Tem-se ainda como modalidade a Corrupção de Menores¹¹ como abuso sexual quando um indivíduo corrompe ou facilita a corrupção de um adolescente maior de 14 anos e menor de 18 anos, independente do sexo, mantendo com ele qualquer ato de libidinagem (com ou sem penetração) ou induzindo-o a praticá-lo ou a presenciá-lo.

Além de todas essas formas de abuso, cabe destacar a Pedofilia que pode ocorrer **com ou sem contato físico**, configurando-se como um transtorno, onde a pessoa apresenta

⁵ Ver a Cartilha Violência Sexual contra Crianças e adolescentes: denuncie! 2009, da Prefeitura Municipal do Natal.

⁶ Pornografia: Art. 234º do Código Penal

⁷ Ver a Cartilha Violência Sexual contra Crianças e adolescentes: denuncie! 2009, da Prefeitura Municipal do Natal .

⁸ Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

⁹ Art. 213º do Código Penal

¹⁰ Art. 214º do Código Penal

¹¹ Art. 218º do Código Penal

fantasia e excitação sexual intensa com crianças pré-púberes¹² ou não. Geralmente o abusador tem idade mínima de 16 anos e é pelo menos 5 anos mais velho que a vítima. O simples desejo sexual, independente da realização do ato sexual é caracterizado como pedofilia.

A *Exploração Sexual* trata-se de uma prática que envolve troca de dinheiro ou favores mediante compra e venda do uso do corpo de crianças, como se fosse mercadoria, através de meios coercitivos ou persuasivos. Leva a vítima a manter relações sexuais com adultos ou adolescentes mais velhos, ou usá-los para a produção de materiais pornográficos como revistas, filmes, vídeos, sites da internet, etc.

Essa modalidade ocorre através do *tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual*, recrutando, transferindo, abrigando ou recebendo pessoas, por meio de ameaça, uso de força ou outras formas de coerção, rapto, fraude, abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade, de dar ou receber pagamentos ou benefícios no sentido de obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre a outra, com o propósito da exploração. Trata-se de um crime contra os direitos de crianças, também de adolescentes, especialmente aqueles ligados à liberdade individual e à sexualidade saudável. Pode ocorrer ainda na forma de *Turismo Sexual*, para que as vítimas sejam exploradas sexual e comercialmente para servir a turistas nacionais e estrangeiros. As vítimas fazem, muitas vezes, parte de pacotes turísticos ou são traficadas como mercadoria (objeto sexual) para outros países. E por último, ocorre pela *Pornografia infanto-juvenil*, quando as crianças e adolescentes são expostas às imagens de cunho pornográfico, por exemplo, filmes, fotos, gravações, na tentativa do abusado obter alguma vantagem, sexual e comercial (financeira) sobre a vítima.

Vale ressaltar que a terminologia “prostituição infanto-juvenil” foi substituída por “exploração sexual de crianças e adolescentes”.

2.4 A dimensão da violência contra crianças

Além das muitas formas e modalidades que a violência contra crianças se apresenta, ainda tem-se uma infinidade de lugares e espaços de socialização que essa violência está inserida. Citaremos aqui os mais frequentes deles para que possamos ir além do que acontece no espaço em que as vítimas estão inseridas, mostrando que esse mundo de violações está

¹² São crianças que se encontram no período pré pubertário, normalmente consideradas entre os 6 e aos 10 anos de idade.

próxima e enraizada nos mais diversos ambientes que, muitas vezes, sequer conseguimos imaginar.

A Violência Doméstica

Apensar da grandeza de dados da população de 0 a 19 anos que integra o contingente brasileiro, o país não possui estatísticas confiáveis relacionadas ao fenômeno da violência doméstica. Esta se configura em

atos e omissões praticados por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que, sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância (Unicef *apud* Azevedo, 2006, p.16)

Ou seja, numa negação do direito que as crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Essa violência abarca todas as modalidades citadas anteriormente, como a Violência fatal, sexual, física, negligência e psicológica.

A Violência nas escolas

O fenômeno da violência nas escolas, por excelência o local dedicado à educação e à socialização da criança e adolescentes, transformou-se em cenário de agressão, autoritarismo e desrespeito mútuo. Com o passar do tempo, essa violência foi ganhando traços mais graves e transformando-se em um problema social realmente preocupante. Está relacionada com a disseminação do uso de drogas, o movimento de gangues, a facilidade de portar armas, tudo isso como pano de fundo o fato de que as escolas perderam o vínculo com a comunidade e acabaram incorporadas à violência cotidiana do espaço urbano.

Segundo o professor de Ciências da Educação Bernard Charlot, a violência nas escolas é caracterizada classificando-se em três níveis: violência, que inclui golpes, ferimento, roubos, crimes e vandalismos, e sexual; incivildades, que inclui humilhações, palavras grosseiras e falta de respeito; e a violência simbólica ou institucional compreendida, entre outras coisas, como desprazer do ensino, por parte dos alunos, e negação da identidade e da satisfação profissional, por parte dos professores. (Unicef, 2006, p.30)

A Violência na mídia

A violência se manifesta sob diversas formas e algumas pesquisas brasileiras vem destacando a magnitude do impacto da violência estrutural, intrafamiliar, institucional e da delinquência sobre as crianças e jovens, matando-os precocemente ou marcando-os profundamente de dor e sofrimento. Essas formas de violência ganham visibilidade e disseminação nos meios de comunicação, tanto na ficção quanto no jornalismo, tanto em texto quanto em imagens.

No Brasil, a violência tem levado setores da sociedade a questionar o papel de instituições que, de alguma forma, são responsáveis direta ou indiretamente tanto pela proteção quanto pela transmissão de valores morais e éticos a crianças e adolescentes. Os meios de comunicação fazem parte do processo de socialização de meninos e meninas brasileiros e têm a importante função de levantar os temas que serão debatidos na sociedade.

Apesar de as mídias comerciais geralmente cobrirem o tema violência de forma sensacionalista, há exceções que buscam as raízes do problema e as possíveis soluções, ampliando e subsidiando o debate. (Unicef, 2006, p. 71 a 73)

A Violência nas comunidades e nas ruas

As crianças, os adolescentes e os jovens são as principais vítimas da violência comunitária, fenômeno que adquire um impacto cada vez mais dramático, em especial nos grandes centros urbanos. Essa violência possui um aspecto tipicamente urbano e seus atores fundamentais são a polícia e os jovens. Caracterizada como agressões em logradouros públicos (ruas, comunidades populares, condomínios etc.) esse tipo de violência ocorre, particularmente, nas periferias dos grandes centros e tem como um dos principais motivadores a organização de grupos criminosos, estes sendo mais visíveis vinculados ao tráfico de entorpecentes, mas também os grupos paramilitares estão ampliando seus territórios.

Nos últimos anos esse tipo de violência tem aumentado de forma progressiva em todo o mundo. Pesquisas vêm sendo realizadas nas capitais que demonstram os vínculos entre as taxas de mortalidade por homicídio e indicadores de desenvolvimento social.¹³ Porém, para que possamos realmente compreender a incidência desse fenômeno, sem tirar conclusões de

¹³ Cf. Barata, 1998; Cardia e Schiffer, 2002; Cardia, 2003; Paim, 1999; Macedo, 2001; Lima e Ximenes, 1998; Beato, 2001 (Referências retiradas de Unicef, 2006)

senso comum na mídia e nos boletins de ocorrência, a complexa relação entre violência e indicadores socioeconômicos deve ser aprofundada. (Unicef, 2006, p. 97-98)

A Violência Institucional

Uma das mais preocupantes facetas da violência é a institucional, aquela cometida justamente pelos órgãos e agentes públicos e deveriam se esforçar para proteger e defender os cidadãos. Apesar de contarmos com uma Constituição democrática o Estado brasileiro continua a fazer uso de práticas autoritárias em nome da manutenção da lei e da ordem. Essas práticas afetam principalmente os grupos mais vulneráveis, como crianças, idosos, entre outros, aos quais o Estado deve uma atenção específica em razão das suas particularidades.

Por não prover essa proteção especial de forma mais eficaz, o Estado brasileiro acaba mantendo inalterado o status quo dessa população marginalizada e excluída. Soma-se a não-intervalização da prática democrática, quando a população tem seus direitos desrespeitados e desconhecem os mecanismos legais para fazê-los valer, e se os conhece não tem acesso à Justiça ou não acredita nesta como meio de resoluções de conflitos.

A Violência nas áreas rurais

A violência sofrida por crianças e adolescentes nas áreas rurais do Brasil é a mesma que nas áreas urbanas: trabalho na agricultura e em cultivo ilícito, exploração sexual e violência doméstica afetam de forma dramática esse público. De forma geral, a violência contra crianças e adolescentes no campo é subdimensionada. Não há estudos que façam uma análise serial do desenvolvimento da situação social dessa população nas áreas rurais em relação às questões do trabalho infanto-juvenil, das questões de violência de gênero, nem do envolvimento desses em trabalhos perigosos.

Uma situação estrutural geradora do ciclo de violência que precisa ser notada é a da deficiência no atendimento aos direitos básicos (saúde, educação e moradia) nas zonas rurais, a defasagem educacional com índices de analfabetismos preocupantes. No caso dos assentamentos, não têm escolas próximas, mas um dos principais problemas é o da falta de transporte para deslocar mais de 160 mil crianças e adolescentes de 150 mil assentamentos e acampamentos, Além disso, as condições de atendimento à saúde e à moradia afetam principalmente mulheres, crianças e adolescentes, pois a segurança nutricional e a situação de

saúde referente ao cuidado com o abastecimento de água potável e o saneamento são precários, ou digamos mais precários comparados a zona urbana.

Não podemos deixar de falar nas altas percentagens¹⁴ de crianças que estão envolvidas no trabalho infantil, ainda que tenham reduzido nos últimos anos, fazendo atividades especialmente no setor agrícola, desenvolvendo trabalhos sem contrapartida de remuneração. E ainda são comuns acidentes e condições insalubres nas indústrias de todo o país, tendo a Bahia como liderança no ranking nacional no número de pessoas entre 5 e 17 anos que trabalham na zona rural, Segundo dados da pesquisa Suplementar sobre o trabalho infantil incluídos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 (IBGE em parceria com a OIT). (Unicef, 2006, p.141 a 144)

A Violência contra criança indígena

Essa violência é marcada pela negação dos direitos a uma cidadania que reconheça e garanta o pleno exercício das suas tradições culturais. Ela se dá da mesma forma que a violência sofrida pelos povo indígenas de todas as faixas etárias. Entretanto, com um agravante pois são mais frágeis física e psicologicamente, carregam pelo resto da vida as sequelas da violência, afetando suas ideais, sonhos, aspirações e projetos de futuro individuais e coletivos.

As práticas de violência atingem meninos e meninas indígenas e se configuram de por discriminação, preconceito, racismo ou ainda em situações de enfrentamento direto como conflito de terras, os atropelamentos nas estradas, visto que muitas famílias ficam acampadas ao longo das estradas em busca de terras para morar.

Entretanto, a compreensão desse quadro só é possível com o entendimento do processo histórico que vem marcando a relação entre s povos indígenas e a sociedade nacional. A ocupação do território brasileiro se configurou em uma enorme violência contra os nativos, Tomada de terras, escravidão, conversão forçada ao catolicismo, entre outras agressões, marcaram a história brasileira. Dessa forma, a violência contra crianças desses povos origina-se do modelo de contato e de relações econômicas, políticas, sociais que foram se estabelecendo na base da truculência e da intolerância étnica.

A Violência Intrafamiliar

¹⁴ No grupo etário de 5 a 9 anos o percentual foi de 75,6% e no de 10 a 14 anos de 57,3%. (Unicef, 2006, p. 143)

A Violência Intrafamiliar se configura de forma semelhante à Violência Doméstica, tendo uma diferença apenas no que diz respeito aos agressores. É definida por toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum familiar, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder à outra. A Violência Doméstica distingue-se da Violência Intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem-se aí pessoas que convivem esporadicamente e agregados.

Assim, o objeto de estudo desse trabalho tem como característica forte, o segredo e a negação, como pacto feito pelo agressor e a vítima, dificultando ainda mais a identificação de sua ocorrência, bem como aumenta o tempo de duração das agressões, assim como as suas conseqüências na vida dessas crianças.

A *Violência Sexual Intrafamiliar* é uma forma de violência que envolve duas desigualdades básicas: a de geração e a de gênero. É frequentemente praticada sem deixar marcas visíveis, o que dificulta a comprovação, principalmente quando envolve crianças pequenas. Se tratando desse tipo de violação, pesquisas apontam que no município de São Paulo 71,5% dos agressores eram pais biológicos e 11,1% padrastos (ARAÚJO, 2002).

Portanto, escolhemos esse tipo de violência por ser, também, um fenômeno complexo e difícil de enfrentar por parte de todos os envolvidos. É difícil para a criança e para a família, pois a denúncia do segredo explicita a violência que ocorre dentro da própria família. É difícil também para os profissionais que intervêm nessas situações.

3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CASOS

3.1 Histórico de algumas práticas de enfrentamento da violência intrafamiliar

O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura os direitos das crianças no Brasil, porém a legislação não garante a mudança de conduta em termos de políticas e práticas de proteção social. A Constituição brasileira dispõe que cabe ao Estado promover a criação de mecanismos para coibir a violência familiar, porém o Estado não cumpre de maneira efetiva essa determinação, ou a faz de maneira muito frágil. Entre as muitas complexidades encontradas no âmbito da prevenção e atendimento à violência intrafamiliar, ressaltam-se instituições educacionais, assistenciais, de saúde, dentre outros espaços. Encontramos ainda como limites para esta intervenção a falta de serviços especializados, a falta de notificação e subnotificação de casos; a vulnerabilidade social; as desigualdades sociais; e a falta de medidas eficazes para o combate à violência na família. Por ser uma violação que matem segredo entre os familiares, muitos casos não são notificados ou são notificados após estar acontecendo a anos, prejudicando o êxito da intervenção.

A violência atinge, geralmente, aqueles indivíduos que não tem como estabelecer relações de igual poder na estrutura familiar, ou seja, as crianças muitas vezes interiorizam a violência como sendo dificuldades suas. Por isso, as medidas de proteção e prevenção são uma necessidade social, sendo um fato da própria vulnerabilidade das crianças.

Destacamos como legislações ações de proteção social à criança a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁵, a Declaração dos Direitos da Criança¹⁶, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança¹⁷, o Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁸, a Convenção sobre a Proibição e Ação Imediata para Eliminação das Piores Formas de Trabalho de Trabalho Infantil – a Convenção 182¹⁹, o Plano Nacional dos Direitos Humanos²⁰, e o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil²¹.

3.2 Rede socioassistencial de defesa dos direitos de crianças de Natal RN

¹⁵ 10 de dezembro de 1948

¹⁶ 20 de novembro de 1959

¹⁷ 20 de novembro de 1989

¹⁸ ECA, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990

¹⁹ Convenção 182 – 99 - OIT

²⁰ 13 de maio de 1996

²¹ Junho de 2000

A cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, dispõe de serviços dos diversos segmentos (instituições, Programas, ONG's, movimentos sociais, etc) que compõem a rede de proteção sociais e garantia de direitos de crianças e adolescentes. Servem como referência para a mobilização da sociedade e para a reivindicação dos direitos sociais, com vistas ao fortalecimento do protagonismo social dos usuários e à construção de uma cidade com justiça social para todos.

Podemos citar como exemplo a Associação de Pais e Amigos Especiais – APAE, promovendo a articulação de ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o movimento perante os organismos nacionais para a melhoria da qualidade dos serviços, na perspectiva da inclusão social de seus usuários. Contamos também com os serviços das Casas de Passagem, que acolhem em caráter provisório e excepcional, crianças e adolescentes, de ambos os sexos, em situação de risco pessoal e social, vítimas de todos os tipos de violência, para os quais o retorno à família biológica se mostre inviável naquele determinado momento. Oferecem serviços de apoio social, psicológico e educacional na perspectiva de reconstrução dos vínculos sociais, familiares e afetivos. Temos também os serviços dos Conselhos Tutelares nas 4 zonas da cidade, que são órgãos municipais destinados a zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, objetivando coibir qualquer ameaça ou violação de direitos, tendo respaldo legal para a aplicação de medidas de proteção. Temos os serviços da Casa Renascer/ CEDECA, numa perspectiva de fortalecer a democracia superando as desigualdades e as injustiças sociais. Temos também as unidades do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – que são unidades públicas da Política de Assistência Social, de base municipal, integrante do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), localizado em áreas estratégicas, com maiores índices de vulnerabilidade e risco social decorrente da pobreza, privação ou ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, com vínculos familiares, comunitários e de pertencimento fragilizados e que vivenciam situações de discriminação étnica, de gênero ou por deficiências, entre outras. Temos também os serviços das Delegacias Especializadas (DEA, DCA), das clínicas, hospitais. Tem-se a articulação também com o Tribunal de Justiça através das Varas da Infância e Juventude, que contam com juízes especializados na área da infância e adolescência que, em conjunto com uma equipe técnica, realizam estudos e pesquisas, acompanham o cumprimento das leis e das medidas de proteção, promovem o entrosamento dos serviços do juizado com os Conselheiros Tutelares e acompanham a execução das medidas socioeducativas. Além disso, há temos os serviços da polícia, programas, como, por exemplo, o SOS Criança; as promotorias, as secretarias (SEMTAS, SECTUR, SME,

SETHAS, SMS), as ONG's e contamos ainda com os serviços dos CREAS, prestando estes serviços de proteção social especial de média complexidade destinado a crianças e adolescentes vítimas de violência, suas famílias, idosos, objetivando garantir seus direitos fundamentais e contribuir para o restabelecimento ou fortalecimento da convivência familiar e comunitária em condições dignas.

Entretanto, apesar de contarmos com uma grande rede de fortalecimento e defesa dos direitos de crianças, esses serviços em sua maioria se mostram desarticulados. Para que a notificação seja comprovada e solucionada, faz-se necessário haver uma comunicação entre todos os órgãos que estão frente à defesa dos direitos de todos os cidadãos, mas o que se observa e se efetiva na realidade são instituições independentes ou interagindo entre si de forma falha e casual. Os estabelecimentos de acolhimento dos indivíduos vítimas de violações não têm condições dignas para que sejam realmente espaços de bem-estar, que assegurem ao indivíduo proteção ao que já sofreram.

3.2.1 CREAS Leste - Natal

O campo empírico da pesquisa que possibilitou a realização do processo metodológico foi o Centro de Referência Especializado da Assistência Social, mais especificamente o CREAS II da zona Leste de Natal. O mesmo executa serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade. Constitui-se como uma unidade pública e estatal, de atendimento e referência para o acompanhamento especializado no SUAS. Oferece serviços especializados e continuados à famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social e violação de direitos, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais²², no qual aprova a tipificação de serviços organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica²³ e Proteção Social Especial de Média²⁴ e Alta Complexidade²⁵.

²² Resolução n° 109, de 11 de novembro de 2009, na qual aprova a

²³ Art. 1º: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

²⁴ Art. 1º: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); serviço Especializado em Abordagem Social; serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

²⁵ Art. 1º: Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva. Serviço de Acolhimento em República; serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; e serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

A localização do CREAS-Leste, semelhante ao caso de outras instituições citadas anteriormente, é escolhida de forma estratégica, contribuindo para uma maior proximidade com as famílias, próximo às localidades com maior vulnerabilidade e que tenha fácil acesso para os usuários. O mesmo está localizado, atualmente, na Rua Trairi, 526 no bairro de Petrópolis. Segundo Lima e Farias,

O território é o lugar onde se produz e reproduz exclusão e violência e onde a comunidade aglutina forças e sinergia para o exercício da cidadania na busca de efetivação de seus direitos sociais e políticos. É preciso ter uma visão plural de território para compreendê-lo como espaço com riscos sociais, aos quais a comunidade está exposta, e com potencialidades, cultura, história e valores, onde se configuram oportunidades, redes de solidariedade, movimentos sociais e organizações de defesa da cidadania oriundas das iniciativas populares (2011, p. 13)

O monitoramento e avaliação das ações realizadas pelo CREAS são executadas a partir de planilhas quantitativas preenchidas mensalmente pela equipe e repassadas a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS. Na instituição o trabalho se dá de forma interdisciplinar para garantir uma visão mais global das demandas e buscar levantar as necessidades e soluções, tanto em nível individual como coletivo. Esse diálogo conjunto entre diferentes áreas proporciona uma mudança significativa na análise e compreensão dos casos, além de facilitar a comunicação entre diferentes serviços, de modo a possibilitar um levantamento real das necessidades dos usuários e o fortalecimento dos profissionais em sua prática.

Sendo assim, o CREAS conta com serviços do coordenador, que administra e organiza o programa em geral, em sua estrutura de funcionamento; do Assistente Social, do Psicólogo, Educador Social, Pedagogo, Terapeuta Ocupacional, Assessor Jurídico, Recepcionista. Cabe salientar que a equipe de profissionais é estabelecida minimamente pela NOB/RH²⁶.

A instituição desenvolve atividades como o Disque-denúncia, um serviço disponibilizado para a comunidade com o intuito de receber denúncias relativas a sujeitos submetidos à violação de seus direitos. Desenvolve abordagens sociais em vias públicas (Busca-Ativa), nas quais são observadas situações como: trabalho infantil, situação de rua, mendicância, abuso e exploração sexual, entre outros. Fazem o acolhimento dos usuários no próprio CREAS, realizando atendimento interdisciplinar, com entrevistas, para as crianças a

²⁶ Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS.

Ludoterapia²⁷ na brinquedoteca. Fazem visitas domiciliares, para a averiguação e conhecimento da realidade do usuário e sua família, bem como fazem os encaminhamentos devidos à rede socioassistencial.

Apresentaremos a seguir um quadro quantitativo das estatísticas de demandas de criança e adolescente no ano de 2011, vítimas de todos os tipos de violência, institucionalizados pelo CREAS Leste.

Cabe ainda frisar que 95 casos tiveram origem do Conselho Tutelar Leste, 2 casos do CEMEI²⁸, 1 do SOS Criança, 3 do PETI, 1 da Casa de Passagem, 2 do CRAS, 9 do Disque 100, 15 da Vara da Infância, 4 por denúncia, 3 por abordagem, 4 por abordagem do Busca-Ativa e 5 vindos por demanda espontânea. Algumas demandas também não têm a identificação da origem nem do tipo de violência, não sendo assim contabilizados.

Tabela 1 – Estatísticas de demandas de crianças e adolescentes institucionalizadas pelo CREAS II em 2011.

Perfil	Tipo de Violência	Quantificação de casos
Criança e Adolescente	Negligência	58
	Viol. Física	49
	Viol. Psicológica	49
	Maus tratos	8
	Abandono	1
	Viol. Sexual	13
	Mendicância	4
	Trabalho Infantil	1
	Exploração Sexual	7
	Vulnerabilidade	6

Fonte: Arquivo do Banco de Dados do CREAS II – Leste, 2011.

²⁷ Segundo Pregnotato a Ludoterapia é a “psicoterapia adaptada para o tratamento infantil, através do qual a criança, brincando, projeta seu modo de ser. O objetivo dessa modalidade de análise é ajudar a criança, através da brincadeira, a expressar com maior facilidade os seus conflitos e dificuldades, ajudando-a em sua solução para que consiga uma melhor integração e adaptação social, tanto no âmbito da família como da sociedade em geral.” (Ver matéria completa em : <http://www.mariuzapregnotato.com.br>)

²⁸ Centro Municipal de Educação Infantil.

Portanto, os dados quantitativos mostram que a demanda de violações contra crianças e adolescentes é bem preocupante, se frisarmos que esses são apenas os casos institucionalizados pelos CREAS da zona Leste de Natal, que alguns casos atendidos pela instituição não descreviam o tipo de violência no banco de dados, bem como se considerarmos que muitos são os casos que ainda estão em andamento, que não foram notificados e que são muitas as crianças que “esperam” por atendimento, visto que o quadro de profissionais e de condições para a realização das visitas domiciliares como, por exemplo, a disponibilidade de transporte para os profissionais, é inferior e não consegue dar suporte a demanda que chega. Salientamos aqui também que essa é apenas a demanda de criança e adolescente. O CREAS ainda realiza trabalhos com adultos e idosos, tendo esta também uma demanda muito alta.

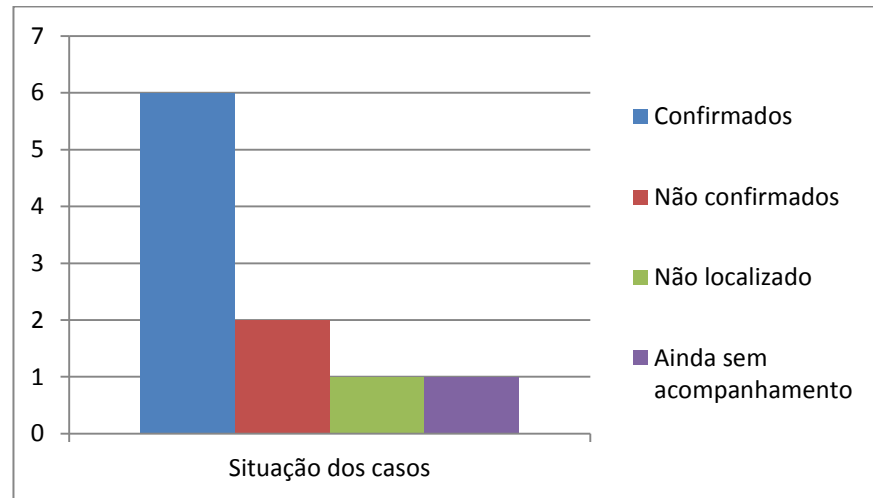
3.3 Resultados da pesquisa empírica

Esta pesquisa se detém a observar e analisar a realidade dos casos de Violência Sexual Infantil Intrafamiliar institucionalizados pelo CREAS Leste de Natal-RN. Em um primeiro momento, fizemos um levantamento bibliográfico que deu subsídio ao estudo dessa problemática, como já discorridos neste trabalho. À partir disso, estabelecemos critérios, métodos e técnicas para a elaboração da pesquisa.

Primeiramente, a pesquisa teve um caráter exploratório e descritivo, fazendo uso da observação dos casos encontrados e fazendo registros para a construção do questionário que servirá como recorte das informações mais relevantes de cada caso. Assim selecionamos 10 casos para colher os dados e fazer as análises de maneira aleatória. Cabe mencionar sobre a dificuldade de encontrar casos sobre essa problemática, visto que se tinha uma idéia de que a demanda era bem maior do que a encontrada, e até é, mas algumas falhas como a falta de uma articulação efetiva entre a rede socioassistencial, a forma de como o serviço se organizou na atual gestão da cidade, dissolvendo a demanda do antigo Programa Sentinela em quatro CREAS, misturando com outras demandas, além da falha na organização dos arquivos, no qual muitos se perdem e/ou somem.

Esses casos analisados incluem arquivos à espera de acompanhamento, em acompanhamento e concluídos pelo CREAS, com seus devidos encaminhamentos, e, ainda, casos que não houve confirmação de violação ou que foram encerrados devido a impossibilidade de chegar a residência ou de continuação dos atendimentos quando o contato com as famílias era negado por elas.

Figura 3: Situação dos casos investigados

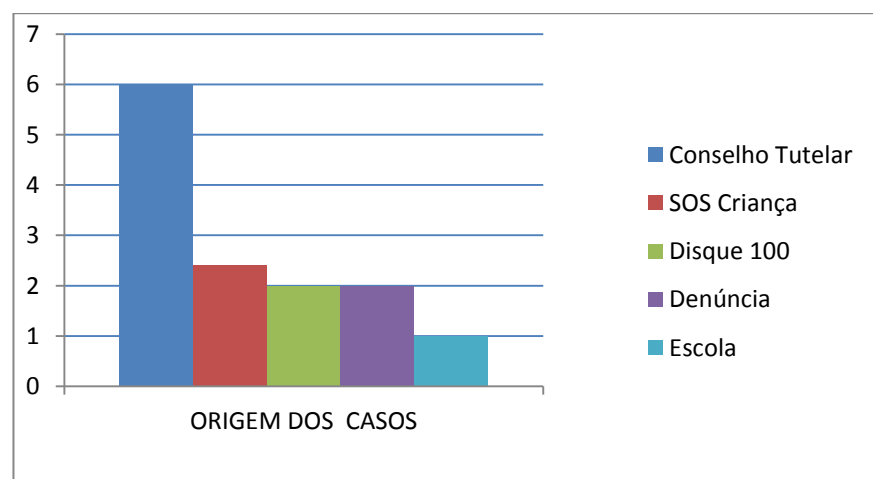


Fonte: elaborado pela autora, 2012.

3.3.1 Apresentação dos dados

Os casos escolhidos em sua maioria tiveram origem do Conselho Tutelar, através de solicitações de averiguação do caso, como mostrado no gráfico a seguir.

Figura 4: Origem das solicitações de averiguação dos casos de Violência Sexual Intrafamiliar.

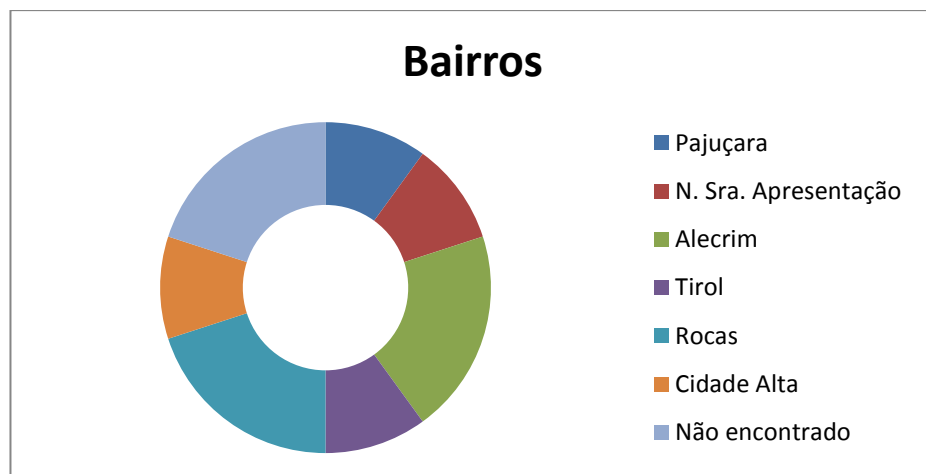


Fonte: elaborado pela autora, 2012.

Observamos que são muitas as falhas e os desafios que a sociedade enfrentará ao necessitar dos serviços dos órgãos de defesa de direitos. As solicitações de averiguação dos casos, principalmente as de origem do Conselho Tutelar, continham as mínimas informações sobre eles, do tipo de violação, da situação que esses indivíduos poderiam estar, ou seja, pouco se descrevia sobre o caso, o que dificultava muitas vezes a efetivação da visita domiciliar, pois os profissionais chegam à residência e ao serem questionados pelos usuários sobre o motivo da visita, os profissionais não estão munidos de informações suficientes para respondê-las. Foram observados casos com endereço errado ou inexistente, que acabaram não possibilitando a averiguação e confirmação ou não de alguma violação.

Cabe frisar que, de modo geral, no que diz respeito não só aos casos de Violência Sexual Intrafamiliar, como aos outros tipos de violência contra crianças, advindos também de solicitações do Conselho Tutelar, isso significa que a facilidade de acesso e divulgação do papel dos Conselhos, de procurá-lo quando houver qualquer suposto tipo de violação contra esse público de crianças, que a população está sendo informada sobre o papel desse órgão, que a mesma está se mostrando eficaz e efetiva, principalmente para a população mais vulnerável. Mostraremos no gráfico a seguir as localidades que as violações ocorreram.

Figura 5: Bairros de Natal-RN que ocorreram as violações investigadas.



Fonte: elaborado pela autora, 2012.

É importante considerar as localidades em que ocorreram essas violações pois é válido mostrar que a cidade porta alguns bairros como sendo periféricos, nos quais existe uma maior vulnerabilidade para a ocorrência de todos os tipos de violações, mas também bairros

como Tirol, tido como bairro de classe média também, e que também está dentro da localidade com índices de violência.

As vítimas de Violência Sexual Intrafamiliar são, em sua maioria, do sexo feminino, como mostraremos no gráfico a seguir. Mas cabe destacar que ainda assim devemos considerar que a demanda de vítimas do sexo masculino também é muito grande, destacando que esses casos são pouco notificados ainda. Assim, ressaltamos aos profissionais envolvidos nesse tipo de processo, que direcionem os seus olhares mais atentos também para as crianças do sexo masculino, para que os casos que possam estar intrínsecos naquele ambiente não passem despercebidos apenas por ser pouco “comum”, aumentando assim os índices de subnotificação desses casos. Dos casos investigados, uma vítima era no sexo masculino.

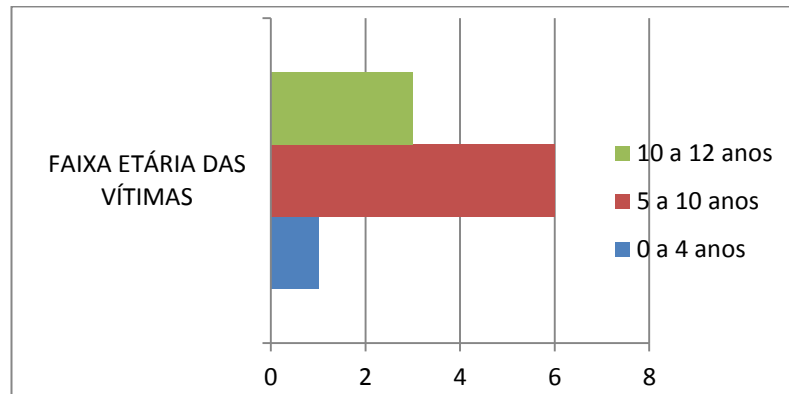
Figura 6: Sexo das vítimas de Violência Sexual Intrafamiliar.



Fonte: elaborado pela autora, 2012.

As vítimas tinham uma maioria considerável na faixa etária de 5 a 10 anos, dado este relevante no que diz respeito ao maior discernimento que essas crianças já têm, se comparados às crianças de 0 a 4 anos, discernimento este de comunicar a alguém que o seja próximo sobre a violação. É também um dado preocupante, pois sabemos que pode ocorrer também uma subnotificação dos casos de violência sexual contra crianças de 0 a 4 anos, visto essa também é uma demanda crescente.

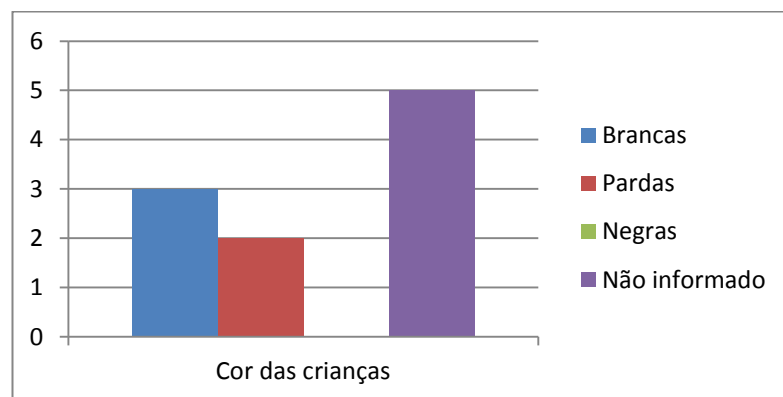
Figura 7: Faixa etária das vítimas investigadas



Fonte: elaborado pela autora, 2012.

As crianças, ainda que muitos processos não informavam a sua cor da pele, são na maioria da cor branca.

Figura 8: Cor da pele das crianças

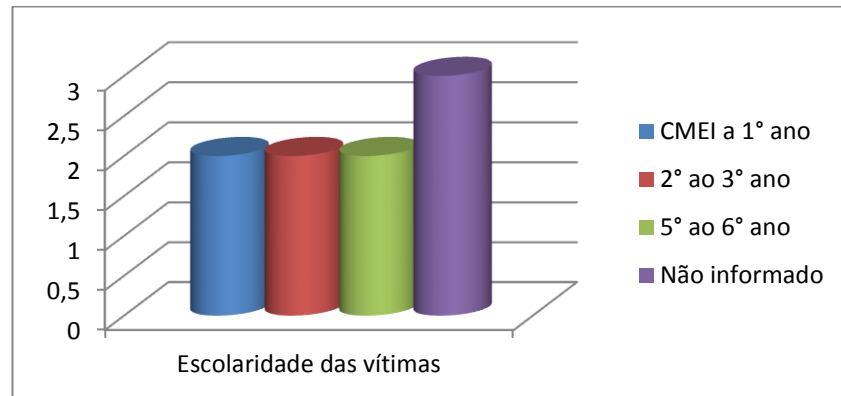


Fonte: elaborado pela autora, 2012.

Dos processos investigados, cinco não informavam a cor e destes cabe considerar que estão incluídos os casos que ainda estão aguardando acompanhamento e aquele que foi dado como encerrado por não ter encontrado o endereço.

Na questão da escolaridade das vítimas, também observamos poucas ou até nenhuma informação.

Figura 9: Grau de escolaridade das vítimas



Fonte: elaborado pela autora, 2012.

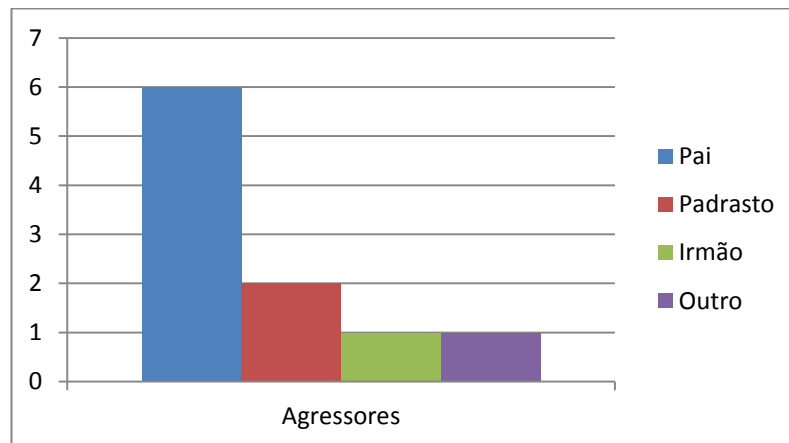
As vítimas estavam uma em cada ano escolar mencionado. Frisamos aqui que muitas vezes os pais inserem os seus filhos nas instituições de ensino, não porque têm a idéia de que é o melhor para o seu filho, e sim por este ser um dos critérios de muitos Programas de Benefício, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família, que tem como um dos critérios para a concessão da bolsa a frequência das crianças e adolescentes na rede escolar. Sabemos que existem dois lados, o bom no que se refere a ser uma forma de ainda manter os filhos na escola, apesar do que se passa dentro do lar, bem como o lado ruim que é o de as crianças irem para a escola sem nenhum real interesse em aprender, obrigados pelos pais, prejudicando o bom andamento da Escola e o real sentido e missão que a Escola tem.

Apesar de muitos processos não mencionarem se a família estava inserida em algum desses Programas, aqueles que continham essa informação mencionavam o Programa Bolsa Família²⁹.

Os agressores das vítimas, como já esperado e exposto em outras pesquisas, são na sua maioria, considerável, os pais e padrastos, mas ocorreram também com outros membros da família como, irmão, avô, primo, além dos casos que não constaram o grau de parentesco com a vítima, informando apenas que se tratava de um caso de Violência Sexual Intrafamiliar.

²⁹ A população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda per capita de até R\$ 70,00 por mês. As famílias pobres são aquelas que têm a renda per capita entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00 por mês, e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

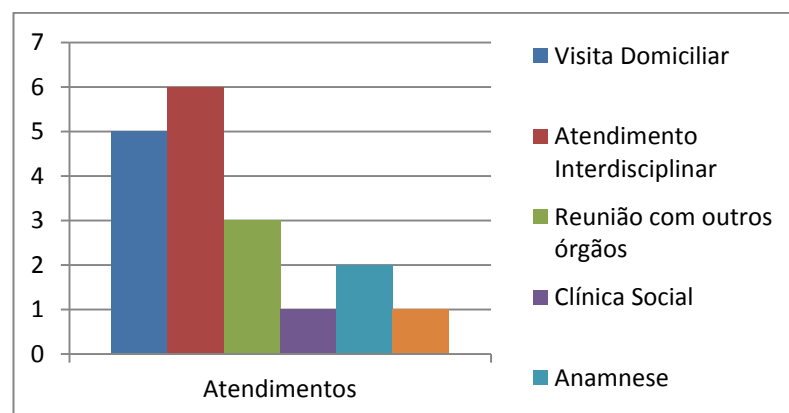
Figura 10: Agressores e Supostos agressores das crianças



Fonte: elaborado pela autora, 2012.

Os atendimentos eram feitos, caso necessário, continuamente, até que a situação fosse realmente identificada, e até que fosse limitada e os atendimentos tivessem que ser interrompidos por inúmeras questões como: dificuldade de contato com a família, não comparecimento aos atendimentos no CREAS (mesmo assinando o Termo de Comparecimento³⁰ disposto pelo CREAS). Quando isso ocorre, após o CREAS estar munido de todas as formas possíveis de localização e contato com a família, o caso é dado por encerrado, não cabendo julgar se a denúncia era falsa ou se tratava de trote. Os atendimentos se configuravam nas seguintes atividades, como mostra o gráfico a seguir:

Figura 11: Atendimentos realizados nos casos investigados



Fonte: elaborado pela autora, 2012.

³⁰ Instrumento utilizado no momento da visita domiciliar, quando se considera necessário o atendimento da família na instituição.

Cabe salientar que os atendimentos interdisciplinares, em sua maioria, se efetuam com a participação de profissionais como Assistente Social, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional. Apenas dois desses casos foram trabalhados com toda a família da vítima. Um destes incluindo o suposto agressor, que ao final de todos os atendimentos o CREAS considerou que não havia qualquer tipo de violação na família, dando inclusive encaminhamentos para atendimento com um psicólogo, pois verificou-se que a família tinha ficado muito abalada com a situação a que foi exposta.

Consta que alguns dos agressores faziam uso de drogas ou eram dependentes químicos. Sendo assim, o CREAS fez encaminhamentos para o DEPAD, bem como seguiu com encaminhamentos ao UTAD para que fossem avaliados e que tivessem o tratamento devido (alcoolismo). O CREAS ainda seguiu com recomendações de afastamento do agressor do convívio com a criança, aplicação de medida protetiva, sendo em alguns casos necessária a orientação, apoio e acompanhamento temporários.

Além disso, foram dados encaminhamentos para outros serviços, como concessão de cesta básica, encaminhamentos de outros membros da família para tratamento em hospitais, Centro de Reabilitação Infantil - CRI e para o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de grandes mobilizações, ações, legislações no processo de luta para a afirmação dos direitos de crianças e adolescentes, foram alcançados e defendidos, desde a Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, todo os direitos que esse público, como parte integrante da sociedade, não os tinha reconhecidos legalmente, sendo um aparato base na defesa e garantia desses.

Entretanto, percebemos que são muitas as barreiras e os abismos enfrentados para a real efetivação da garantia de direitos desses sujeitos. Uma dela é a continuidade no acompanhamento dos casos, à partir do momento que são feitos todos os procedimentos para a averiguação da situação desses, como visita domiciliar, encaminhamentos e o relatório, e é enviado com o parecer social para o órgão de defesa solicitante da visita, não são retornadas respostas ao CREAS de quais foram as decisões e os procedimentos adotados após a resposta do CREAS. Ou seja, este não fica inteirado sobre nenhum processo enviado aos outros órgãos, bem como não tem como julgar se o seu trabalho está sendo realmente efetivado. Isso é resultado das dificuldades enfrentadas no que diz respeito a não existência de uma referência e contra-referência com esses órgãos.

Observamos que além da ausência de informações nas solicitações desses outros órgãos, as denúncias recebidas demoram um longo tempo para chegarem até o CREAS e serem acompanhadas e averiguadas, recaindo as conseqüências sobre os usuários que necessitam de rapidez e eficácia nos atendimentos.

Foram observados também que não há um esclarecimento, pelo órgão gestor, das competências e atribuições do CREAS ao Conselho Tutelar, visto que o mesmo chegam solicitações e demandas de trabalho que não são compatíveis com os seus objetivos. Essa falta de informação atinge diretamente os usuários, revitimizando-os e expondo os seus problemas para profissionais de várias instituições.

Comprovamos todas essas dificuldades ao analisarmos os processos de Violência Sexual Intrafamiliar, ao observar o seu início, quando chegam as solicitações de averiguação dos casos, com pouquíssimas informações contidas sobre o mesmo, bem como o tempo que o mesmo passou para ser enviado ao CREAS. Além disso, para que o caso seja averiguado pelo CREAS, a falta de transporte suficiente inviabiliza e atrasam as visitas, quando estão disponíveis muitas vezes quebram ou estão sem combustível, e tudo isso mais uma vez recai na condição de segurança do usuário que está a espera de que o caso seja solucionado o mais rápido possível.

Observamos também que os procedimentos adotados e recomendados para os agressores são insuficientes, principalmente se for em casos de Violência Doméstica que envolvam pessoas que não estão incluídas na convivência da vítima. Poucas foram as recomendações de que fossem tomadas as medidas para que o agressor pague pelo crime. Ou se essas medidas forem tomadas, não foram fruto de recomendações do CREAS, sendo parte somente do Conselho Tutelar a diante. A atenção deve sim, primeiramente recair sobre a vítima que precisará de atendimentos psicológicos, entre outros, mas se não tomarem as medidas cabíveis contra o agressor, o círculo de violência retornará novamente e o trabalho não terá eficácia, por parte de nenhum órgão.

Visto isto, são muitas as considerações a serem feitas, mas nós como parte integrante da sociedade e sujeitos a passar por todos os tipos de violações já mencionados nesse trabalho, temos o dever de procurar formas para o embate dessas problemáticas. E ainda que o serviço desses órgão seja falho, devemos considerar que um muito já foi solucionado e muitos silêncios e segredos de Violência Sexual Intrafamiliar já foram quebrados, e que ainda assim caso sejamos alvos dessas violação, que possamos cobrar o trabalho destes nessa defesa intransigente de direitos, para que seja de qualquer forma garantidos e para que aqueles violadores seja punidos de forma eficiente e que seja trabalhadas formas de ressocialização desse indivíduos, aquém do cumprimento de pena do sistema prisional, visto que é outra falha imensurável a que nos detemos e que cumprindo-a saem deste sem nenhuma melhoria ou mudança de conduta, podendo assim retornar aos mesmos atos de violação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. _____. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.
2. _____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
3. _____. Caderno de Orientações Técnicas sobre o CREAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2011.
4. _____. Guia de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.
5. _____. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) 2020: aprimoramento da gestão e qualificação dos serviços socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2010.
6. Gráfico do percentual de crescimento da população por sexo e faixa etária. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/percentual-de-idosos-na-populacao-segue-em-crescimento-diz-censo.html>. (Acesso em 21 jun. 2012)
7. Gráfico do crescimento da população total do Brasil. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/ibge-atualiza-dados-do-c> (Acesso em 21 jun. 2012)
8. http://200.189.113.123/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/Pedagogia/o_conceito_de_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf. (Acesso em 17 set. 2012)
9. <http://www.suapesquisa.com> (Acesso em 27 out. 2012)
10. <http://www.zemoleza.com.br/carreiras/5803-a-globalizacao-mundializacao-do-capitalismo.html> (Acesso em 28 nov. 12)

11. Família Brasileira no contexto histórico e cultural. Disponível em: http://www.cmddcamacae.rj.gov.br/download/capacitacao_conselheiro/familia_brasileira_no_contexto_historico_e_cultural.pdf (Acesso em 29 jun. 12)
12. Violência sexual intrafamiliar contra a criança e o adolescente. Disponível em: <http://www.ses.uneb.br/anais/VIOL%C3%8ANCIA%20SEXUAL%20INTRAFAMILIAR%20CONTRA%20A%20CRIAN%C3%87A%20E%20O%20ADOLESCENTE.pdf> (Acesso em 10 out. 12)
13. O Conceito de Infância no Decorrer da História. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/o_conceito_de_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf (Acesso em 12 out. 12)
14. Sexualidade: várias concepções. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrelD=645>. (Acesso em 04 out. 12)
15. Funções e transformações da família ao longo da história. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07Simionato03.pdf>. (Acesso em 04 out. 12)
16. Matéria sobre Ludoterapia. Disponível em: http://www.mariuzapregnoloato.com.br/pdf/artigos/ludoterapia_a_terapia_da_crianca.pdf. (Acesso em 13 dez. 12)
17. BARROS, Nivia Valença. **VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE: Trajetória Histórica, Políticas Sociais, Práticas e Proteção Social**. 2005. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia, Puc-rio, Rio de Janeiro, 2005.
18. LIMA, Emanuelle Vieira de. FARIAS, Narjara de Azevedo. **Um lugar de refazer histórias: contextualização das atividades realizadas pelo CREAS II – Leste, Natal/RN**. Natal, 2011.

19. MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 12, n. 2, p.163-176, 2010. Jan/jun.
20. MONTEIRO FILHO, Lauro. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**. 3 ed. Rio de Janeiro: Autores & Agentes & Associados, 2002.
21. NEVES, Verônica Cildamary Alves. **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE ECOPORANGA-ES**. Nova Venécia, 2010.
22. QVORTRUP, Jeans. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p.631-643, 2010. Mai/ago.
23. STEARNS. Peter N. Introdução: A infância na história mundial. In.: _____ **A infância**. São Paulo: Contexto, 2006.
24. WHITE, Ellen G.. **Vida em família – construindo relacionamentos felizes**. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2001.
25. Direitos negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil/[organização Fundo das Nações Unidas para a infância: coordenação Helena Oliveira]. – 2. ed. – Brasília, DF: UNICEF, 2006.